

O movimento de moradores do Bairro de S. João de Deus em 1974

Sofia Alexandra de Freitas Brás

sofiafbras@outlook.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar como se formou a primeira Comissão de Moradores da cidade do Porto em 1974. Pretende-se entender qual era o contexto habitacional do bairro de S. João de Deus, como foi formado o movimento de moradores, quais foram os antecedentes e as suas principais motivações, e, como é que o movimento se alastrou por toda a cidade formando várias Comissões. Por outro lado, estudam-se as razões que levariam a esta situação, os objetivos da luta e as suas conquistas.

Palavras Chave: movimento de moradores, revolução, movimento social, luta urbana

Abstract

This article's main purpose is to investigate how the first Commission of Residents of O'Porto's city was born in 1974. The purpose is to understand what was the social context of the neighbourhood of S. João de Deus, how was the movement formed, what were the antecedents and their main motivations, and, how did the movement spread throughout the all city, which lead to several Commissions. On the other hand, the reasons that lead to this situation, the residents objectives with this fight and their achievements are also studied in this article.

Keywords: residentes movement, revolution, social movement, urban fight

Abreviaturas

ODPS – *Obra Diocesana de Promoção Social*

SAAL – *Serviço de Apoio Ambulatório Local*

Introdução

Este estudo é apresentado no âmbito do Seminário de História Contemporânea e tem como objetivo principal estudar a Comissão de Moradores do Bairro de S. João de Deus no contexto do movimento de moradores da cidade do Porto, em 1974. A escolha deste tema é de enorme relevância uma vez que, apesar de já existirem vários trabalhos sobre o movimento de moradores da cidade do Porto, não existe ainda nenhum estudo específico sobre a primeira

Comissão de Moradores, criada no Bairro de S. João de Deus, que iniciou o movimento. Feita uma pesquisa inicial, desde logo se percebe a quantidade de problemas que existiam, antes da revolução de abril, relativamente à política de habitação na cidade do Porto, uma vez que não eram garantidas as condições mínimas necessárias aos habitantes, e bem como a importância do movimento de moradores, que surge, após o 25 de abril, como um movimento, acima de tudo, revolucionário, organizado pelos moradores dos vários bairros camarários da cidade, que se uniram com o objetivo de pôr fim ao regulamento fascista que funcionava como “Lei” na utilização da habitação e do comportamento dos moradores desses mesmos bairros. Lei esta que controlava os habitantes de forma autoritária e os privava da sua liberdade.

Esta pesquisa inicial, foi fundamental para, em primeiro lugar, conseguir definir alguns objetivos e elaborar algumas hipóteses de estudo que permitissem atingir os objetivos propostos. Uma vez que o objeto de estudo consiste num movimento que tem a sua continuidade e desenvolvimento durante um longo período, a opção foi a de estudar somente o ano de 1974, que corresponde à origem da Comissão e como esta se desenvolve ao longo dos meses seguintes, após a revolução de abril. As questões de partida foram: em primeiro lugar, entender qual seria o contexto habitacional do Bairro de S. João de Deus; em segundo, compreender, de forma aprofundada, como foi formado o movimento de moradores do Porto e quais seriam os seus principais objetivos; e, em terceiro, explicar como é que a criação de uma Comissão de moradores iria levar à formação de várias comissões de moradores de bairros distintos que se iriam unir, pela mesma causa. Outras questões surgiram como, quais foram os métodos utilizados para a organização das comissões, como manifestaram as suas reivindicações e se eventualmente, tiveram ajudas por parte de terceiros, como iniciaram a sua luta e quais foram os resultados obtidos. Por fim, seria também importante conseguir entender qual foi o impacto desta luta da comunidade portuense na sociedade da época e se, de facto, iria ocorrer algum tipo de alteração na política de habitação da cidade do Porto.

Embora não exista bibliografia específica concernente ao Bairro de S. João de Deus, no ano de 1974, foi possível identificar algumas obras sobre o movimento de moradores na cidade do Porto onde podemos também encontrar referências ao movimento de moradores nos bairros camarários. Uma das principais obras que aprofunda o estudo do movimento desde 1974 a 1976, é o estudo conduzido por Maria Rodrigues.¹ Esta obra foi fundamental, uma vez que explora todo o contexto do movimento, tanto a nível dos conteúdos como na definição de conceitos-chave e de informação específica da realidade da habitação social da cidade invicta.

¹ RODRIGUES, Maria – *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76)*. Porto: Campo das Letras, 1999.

Esta obra, juntamente com a obra de Diego Palacios Cerezales², serviram para tratar a temática da exclusão social e da formação do movimento de um modo geral, por se referirem ao significado, origem e importância das Comissões de Moradores e de como se desenvolveu a sua luta. A obra *O alojamento social sob o fascismo*³ foi bastante útil para entender o contexto habitacional que se vivia no período anterior ao 25 de Abril. Uma série de artigos e outras obras foram extremamente úteis na compreensão de vários pontos específicos do trabalho, que ajudaram a compreender o contexto habitacional mesmo antes do regime salazarista⁴, que explicam como se desenvolvem os projetos sobre a habitação no Estado Novo e as suas consequências na política habitacional⁵, sobre a emergência do movimento⁶ e sobre o projeto SAAL⁷, cuja relevância para este trabalho se encontrará somente no que se reporta à sua formação inicial.

Na investigação empírica, foram utilizados três tipos de fontes: fontes hemerográficas, fontes discográficas e fontes orais. Relativamente ao primeiro tipo de fontes, foi feita uma pesquisa aprofundada no sentido de encontrar o maior número possível de notícias referentes ao Bairro de S. João de Deus e ao movimento de moradores no jornal *O Comércio do Porto* e no *Jornal de Notícias* entre abril e dezembro de 1974. No decorrer da investigação, foram encontradas diversas notícias relativas aos problemas dos vários bairros camarários da cidade. Após uma análise cuidada, foi feita uma seleção de 11 notícias, que se revestiram de importância primordial, uma vez que estão diretamente relacionadas com a luta dos bairros camarários e com o Bairro de S. João de Deus e, como tal, mostraram ser as mais salientes para este trabalho. Foi encontrada informação importante relativa às reuniões dos moradores, a discussões sobre os seus objetivos e reivindicações, sobre o problema dos despejos e da fiscalização e também algumas fotografias. Foi possível consultar algumas notícias do jornal *O 1.º de Maio*. Foram encontradas também várias notícias relativas ao conjunto de lutas

² PALACIOS CEREZALES, Diego – *O Poder Caiu na Rua*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

³ GROS, Marielle Christine – *O alojamento social sob o fascismo*. Porto: Afrontamento, 1982.

⁴ TEIXEIRA, Manuel C – “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”. *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 115, 1992, p. 65-89; MATOS, Fátima Loureiro – “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”. *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 127, 1994, p. 677-695.

⁵ QUEIRÓS, João – “Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia”. *Análise Social*, vol. XLVIII, n.º 206, 2013, p. 102-133; NEGREIROS, Maria Augusta Gerales – *Trabalho social de comunidades nos bairros Camarários do Porto*. Porto: Universidade Lusíada. 1985.

⁶ VILAÇA, Helena – “As Associações de Moradores enquanto Aspeto Particular do Associativismo Urbano e da Participação Social”. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 4, 1994, p. 49-96.

⁷ PEREIRA, Gaspar Martins – “SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário”. *Revista da Faculdade de Letras – História*. IV série, vol. 4. Porto: FLUP, 2014, p. 13-31.; COELHO, Mário Brochado – “Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/Norte - 1974/1976)”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18-19-20, 1986, p. 645-671.

populares que se formaram na cidade, e informação preciosa sobre o processo de luta por melhores condições habitacionais em toda a cidade. Outra fonte selecionada para este trabalho foi *A luta dos bairros camarários*⁸, uma canção composta por José Mário Branco inspirada na luta do Bairro de S. João de Deus.⁹ Esta canção era também a canção utilizada pela Comissão de Moradores do Bairro S. João de Deus, como forma de mobilização, quando organizava comícios nos outros bairros. É, fundamentalmente, uma música de intervenção inspirada na luta dos Bairros Camarários e uma fonte importante na medida em que descreve o contexto habitacional que então se vivia.

Surge a oportunidade de complementar da melhor maneira este corpo documental, recorri a fontes orais, através da realização de uma entrevista¹⁰ a Ernesto Santos¹¹, morador do bairro e líder da primeira Comissão de moradores, cujo testemunho se tornou uma das mais preciosas fontes deste trabalho. Sendo uma fonte direta e de tamanho valor, permitiu responder a inúmeras questões de investigação e obter um conhecimento mais amplo sobre o bairro e a formação do movimento. Por outro lado, a segunda fonte oral selecionada para este trabalho resultou de uma série de conversas com Ricardo Lima¹², que acompanhou de perto o movimento de moradores, assim como o processo de luta dos bairros camarários e a formação da primeira Comissão, e por esse mesmo motivo foi também uma fonte para a realização deste estudo.

1. O contexto histórico: os problemas habitacionais na cidade do Porto

1.1 A discriminação das classes populares

Entre 1880 e 1940 é possível distinguir três períodos diferentes da história portuguesa: até 1910, as últimas décadas da monarquia constitucional; entre 1910 e 1926 o regime republicano, e por fim, o Estado Novo, criado após a aprovação da Constituição de 1933. Estes regimes diferentes tiveram, naturalmente, implicações estratégicas nas políticas de habitação formuladas em cada um dos períodos consoante as respetivas condições sociais e económicas.

⁸ O single saiu em junho de 1974 e integrou o 1.º álbum do Grupo de Ação Cultural *Vozes na luta. A cantiga é uma arma*.

⁹ Esta canção foi composta em casa do Dr. Ricardo Lima, quando José Mário Branco regressou de Paris, onde estivera exilado.

¹⁰ Entrevista realizada no dia 10/12/2018.

¹¹ Atual presidente da Junta de Freguesia de Campanhã. Morador do bairro de S. João de Deus e líder da primeira Comissão de Moradores da cidade do Porto.

¹² Um dos fundadores do jornal e movimento *1º de Maio*. Militante político que acompanhou de perto o movimento de moradores do bairro de S. João de Deus. Aproveito para agradecer ao Dr. Ricardo Lima todo o apoio e acompanhamento que me prestou ao longo deste trabalho, desde o início.

No Porto, como em outras cidades europeias da época contemporânea, a segregação espacial das classes populares agravou-se com as intervenções de reorganização do espaço urbano de acordo com os interesses das classes dominantes. A apropriação do centro da cidade pelos detentores de capital e a evacuação das classes populares para as zonas desqualificadas, centrais ou periféricas, foi um processo de exclusão cuja continuidade só iria ser quebrada com o 25 de Abril¹³.

A partir da segunda metade do século XIX, a industrialização fez aumentar a procura de habitação de baixo custo na cidade do Porto. Em 1890, cerca de um terço da população da cidade era constituída por pessoas de origem rural que tinham migrado para trabalhar nas indústrias em desenvolvimento. Após a rápida ocupação dos edifícios existentes tornou-se imperativo construir novas habitações destinadas a esta população. Esta procura de habitação barata foi satisfeita, em parte, por construtores privados e por indústrias que construíram habitação para os próprios operários. O período de 1880 a 1940, na maioria dos países europeus, incluindo Portugal, correspondeu a um período de consciência plena relativamente à crise de habitação nas cidades e à elaboração de estratégias para resolver o problema habitacional das famílias de baixos recursos. Este período correspondeu de igual modo a um processo de transição de um mercado essencialmente privado para as primeiras intervenções do Estado no desenvolvimento de programas para melhorar as crises de habitação¹⁴.

O período de industrialização veio deteriorar as condições de vida dos trabalhadores devido à concentração de capital na indústria. Verificou-se uma quebra de salários e um aumento dos preços na alimentação e na habitação. Posto isso, as rendas tinham que ser muito baixas a fim de serem ajustadas aos salários modestos dos trabalhadores, o que resultava nos alojamentos extremamente pobres, onde a maioria das classes trabalhadoras viviam.

No século XIX, as cidades do Porto e de Lisboa eram as mais industrializadas do país e onde os problemas de habitação eram mais graves. Por este motivo, ambas tiveram um papel pioneiro no desenvolvimento de estratégias para melhorar a habitação. Até ao final do século, a construção de habitação de baixa renda era feita por construtores privados. No Porto, as duas principais formas de alojamento para as classes operárias eram a sobreocupação de edifícios antigos, um processo que se iniciou nas primeiras décadas do século, e a construção de novas habitações, que se desenvolvem por volta de 1850, as tão conhecidas ilhas¹⁵. Uma vez que os

¹³ RODRIGUES, Maria – *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76)*. p. 10.

¹⁴ TEIXEIRA, Manuel C – “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”. p. 65-89.

¹⁵ As ilhas consistiam em filas de pequenas casas de um único piso, geralmente com áreas que não excediam os 16m², construídas nos quintais de habitações burguesas. Nestas casas pequenas e insalubres viviam famílias inteiras. A maior parte das ilhas não tinha abastecimento de água e os sanitários eram comuns a todos os seus habitantes. O acesso a estas ilhas fazia-se através de estreitos corredores, que passavam por baixo de casas

salários das classes trabalhadoras eram reduzidos, estas só poderiam ter acesso a este tipo de habitação precária e de baixo custo.

Nesta mesma cidade, as habitações burguesas, por outro lado, eram tradicionalmente moradias unifamiliares, de quatro ou cinco pisos completamente diferentes das casas pobres das ilhas. Na cidade do Porto, existiam distinções mais ou menos subtis entre vários tipos de habitação, cada um com o seu estatuto social. Viver numa ilha, fosse ela qual fosse, era um sinal claro de pobreza. Algumas fábricas de maior dimensão, nomeadamente de indústrias têxteis, tomaram a iniciativa de construir habitações para os operários. Por outro lado, são também criadas iniciativas para a construção de alguns bairros operários¹⁶ que ficariam conhecidos por “colónias operárias”. Estas colónias operárias ofereciam condições muito melhores do que as ilhas, no entanto, tanto as casas construídas por industriais como as inovadoras colónias tinham rendas que excediam a capacidade económica da maior parte dos trabalhadores, acabando por ser ocupadas por famílias de empregados, com maiores salários.

Durante, a 1.º República, a Câmara do Porto, dominada pelo partido democrático, tentou resolver o problema da habitação das camadas populares, com a construção de várias colónias operárias, a partir de 1914, mas os resultados foram pouco frutuozos, saldando-se a iniciativa em pouco mais de três centenas de casas.

1.2. O regime habitacional do Estado Novo

Em Setembro de 1933, entra em vigor a legislação¹⁷ que definia o programa das casas económicas do Estado Novo. Esta seria a grande referência de toda a intervenção no problema da habitação por parte do regime salazarista até ao fim dos anos sessenta¹⁸.

Em 1936, ocorre uma intervenção municipal e é criada uma comissão que teria como objetivos principais estudar a dimensão das carências habitacionais e propor um plano de ação. Para atingir este fim, é feito um inquérito aos habitantes das ilhas, que decorreu entre 1938 e 1939. Os relatórios apontaram o número de 1.156 ilhas que alojavam 45.243 habitantes em 13.510 casas, das quais 6.700 eram consideradas deficientes e 5.800 más¹⁹. O plano que foi

construídas à face da rua. As ilhas não tinham qualquer relação formal com anteriores tipos de habitação, quer rural quer urbana. Eram uma forma de habitação específica, desenvolvida para satisfazer a procura de habitação barata por parte das classes trabalhadoras. As maiores concentrações de ilhas encontravam-se na proximidade de zonas industriais, onde por vezes atingiam densidades de até 900 habitantes por hectare.

¹⁶ A primeira ação deste tipo data de 1899: por iniciativa do jornal *O Comércio do Porto*, foi aberta uma subscrição pública visando obter fundos para a construção de habitação operária. Em terrenos cedidos pela municipalidade foram construídos três bairros: Monte Pedral, Lordelo do Ouro e Monte Aventino, todos situados na periferia da cidade do Porto desses tempos (1899/1903).

¹⁷ Decreto-Lei n.º 23052, de 23 de Setembro de 1933.

¹⁸ RODRIGUES, Maria – *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76)*. p. 17.

¹⁹ GROS, Marielle Christine – *O alojamento social sob o fascismo*. p. 185.

proposto pretendia a higienização das ilhas passando pela demolição de algumas casas, de modo a diminuir a densidade de ocupação do espaço no interior das ilhas e também a construção de novas casas para realojamento. Esta última iniciativa foi contraditória, uma vez que a Câmara não criou a possibilidade de fornecer habitação a quem ficasse sem ela. Entre 1944 e 1956, a Câmara Municipal construiu 834 fogos destinados a realojar as famílias deslocadas das ilhas, distribuindo-as pelos bairros de S. João de Deus, S. Vicente de Paulo, Rainha D. Leonor, Condominhas e Pereiró²⁰.

A 28 de Maio de 1956²¹ decorre a mais vasta iniciativa de construção de habitação social na cidade do Porto, com a aprovação do Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto. Este plano implicava a demolição de uma parte significativa das ilhas situadas na zona central da cidade, a construção de novas unidades residenciais para as famílias desalojadas e a beneficiação das casas conservadas nas ilhas. Este plano de melhoramentos correspondia à oficialização do Plano de Salubridade das Ilhas do Porto²². Entre 1956 e 1966 foram construídos, com apoio financeiro do Estado, 6.072 fogos em treze bairros: Bom Sucesso, Pio XII, Carvalhido, Pasteleira, Outeiro, Agra do Amial, Carrical, Fernão de Magalhães, S. Roque da Lameira, Fonte da Moura, Cerco do Porto, Regado, Engenheiro Arantes de Oliveira. Destes, somente dois foram construídos em zonas centrais, o de Fernão Magalhães em terrenos de uma zona de ilhas, e o do Bom Sucesso, em terreno municipal. Todos os outros e os que se seguiram, cuja construção foi enquadrada num segundo Plano de Melhoramentos²³, situavam-se em zonas completamente afastadas da origem das populações a realojar: Francos, Contumil, Aldoar, Lordelo, Corujeira, Lagarteiro, Falcão, Bom Pastor, Aleixo e S. João de Deus²⁴.

Para os habitantes das ilhas, deslocados do centro, este realojamento na periferia significou uma verdadeira deportação. A imposição do afastamento dos espaços onde habitavam veio trazer inúmeras consequências como o aumento de despesas em transportes, despesas de reinstalação e a renda da casa, o que ia contra as expectativas de promoção social, por um lado, a perda do sentimento de pertença a uma comunidade assim como a ausência de integração no tecido urbano, por outro, o que gerou uma imagem socialmente desvalorizada

²⁰ RODRIGUES, Maria – *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76)*. p. 20.

²¹ Decreto-Lei n.º 40616, de 28 de Maio de 1956.

²² Apresentado no mesmo ano ao Governo pela Câmara Municipal através do seu presidente, o engenheiro Machado Vaz.

²³ Com o objetivo de construir mais 3.000 habitações, em Dezembro de 1966, o Plano de Melhoramentos é prorrogado por um prazo de 5 anos. Em Dezembro de 1971, não tendo sido concluídos mais do que 1674 fogos, o prazo é novamente alargado. Em Abril de 1974 encontravam-se em fase de construção os bairros do Aleixo e de Contumil, que viriam a ser concluídos em 1975. Saldaram-se em 2.750 habitações as realizações efetuadas ao abrigo deste programa iniciado em 1966.

²⁴ GROS, Marielle Christine – *O alojamento social sob o fascismo*. Afrontamento, 1982, p. 201.

dos moradores dos bairros camarários²⁵. Para além desta deslocação constrangedora, a nova lei de realojamento era completamente oposta ao conceito de solidariedade social. Este realojamento seria gerido por um regulamento opressor e uma vigilância de todo o comportamento dos moradores. Estes iriam ser os traços característicos da habitação nos bairros camarários do Porto até à revolução dos cravos. É efetivamente a partir destes bairros que vão eclodir os movimentos reivindicativos por melhores condições de alojamento no Porto a partir de 1974.

2. O bairro de S. João de Deus em 1974

2.1. O contexto habitacional e o “regulamento fascista”

O bairro de S. João de Deus, situado na Freguesia de Campanhã, foi construído em 1944. Inicialmente, era constituído por 706 fogos, repartidos por 144 moradias e 28 blocos habitacionais. Como todos os outros bairros camarários da cidade, foi construído com o objetivo de solucionar o problema da habitação das classes carenciadas. Em 1974, é possível afirmar que era um bairro pobre, as condições de habitação eram precárias e os habitantes controlados no seu quotidiano. Tal como em outros bairros camarários, havia uma série de casas desocupadas e, por outro lado, os despejos eram frequentes. A figura do fiscal era a maior forma de repressão do bairro. Os moradores eram constantemente vigiados e o seu comportamento moral e cívico avaliado por um regulamento de caráter fascista.

FIGURA 1. BAIRRO DE S. JOÃO DE DEUS EM 1974



FONTE: O COMÉRCIO DO PORTO, N.º 145, 20/11/1974, p. 2.

²⁵ RODRIGUES, Maria – *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76)*. p. 22.

Era frequente os habitantes mais jovens andarem à boleia pendurados nos elétricos e autocarros. As leiteiras e as padeiras deixavam o pão e o leite à porta das casas e, muitas vezes, devido ao clima de pobreza geral, havia pequenos furtos do pão e do leite deixados aos clientes. Outro exemplo da situação de carência do bairro encontra-se no roubo das marmitas que as mulheres dos mineiros de S. Pedro da Cova enviavam aos maridos nas cestas metálicas nas quais se fazia o transporte do carvão de S. Pedro da Cova para o Monte Aventino. Quando as cestas passavam perto de S. João de Deus, rapazes mais destemidos do bairro subiam às torres metálicas que sustentavam os cabos e roubavam as marmitas do almoço dos mineiros.

Outro grande problema era a lixeira municipal a céu aberto junto do bairro que tantos problemas causou. Devido à combustão espontânea que se gerava, a lixeira estava a emanar permanentemente fumos negros. As roupas nos estendais sujavam-se com esse fumo, para além de que as crianças andavam por lá e até lixo hospitalar (por vezes fetos humanos) ia ali parar. Esta lixeira iria durar até ao 25 de Abril, e mesmo depois, ainda era utilizada, como se pode ler numa notícia de novembro de 1974:

Depois as crianças brincam no meio do lixo e, à noite, não raro há quem lhe pegue fogo. O cheiro torna-se então insuportável para os moradores das habitações circundantes. Mas o que mais surpreende é o facto de nos garantirem que o extremo da Rua 5 é considerado «depósito oficial». Havendo terrenos disponíveis nas imediações, por que razões não empreende a Câmara a construção de um depósito com as indispensáveis condições? Quanto às consequências que decorrem da existência de uma lixeira no meio de um agregado residencial, será necessário referi-las?²⁶

Os funcionários da Câmara Municipal do Porto que despejavam lá o lixo, segundo os moradores, afirmavam com autoridade que era ordem do Engenheiro Mamede. Com a ação das Comissões, a lixeira acabaria por ser removida. Nesse espaço ergueu-se depois um bloco que ficou conhecido como *o comboio* e um campo desportivo.

Mesmo antes da revolução de 1974, o bairro já era conhecido por ser antirregime. Os moradores contestavam as condições em que viviam e opunham-se com orgulho ao regime ditatorial da época. Até 1949, o bairro era nomeado de Bairro de Rebordões. Em 1958, houve eleições, em que Humberto Delgado concorreu pela oposição, suscitando enormes manifestações de apoio no Porto, a par de manifestações contra o candidato do regime. Na Circunvalação, na passagem de nível, os habitantes do bairro de S. João de Deus manifestaram-se, apedrejando os autocarros que levavam Américo Tomás com pedras apanhadas da linha do comboio. Esta manifestação iria ser o início de uma repressão constante no bairro. Nesse dia, o bairro foi cercado pela GNR, com uma brigada de carros blindados e várias pessoas foram presas. O conflito levou à morte de um militar da GNR. A partir desse dia, o bairro era

²⁶ “Bairros Camarários: Regulamento fascista ainda em vigor”. *O Comércio do Porto*, n.º 145, 20/11/1974, p. 7.

constantemente vigiado e as pessoas controladas. Por vezes a polícia prendia quem demonstrasse ter ideias contra o regime. Passou a viver-se um clima de constante repressão e daí nasceu o apelido *Tarrafal*, por comparação com a campo-prisão em Cabo Verde. Por essa altura, também, tomou nome o popularmente denominado *Bloco dos Condenados*. De facto, provavelmente como forma de castigo ao bairro refratário, a Câmara fazia dele instância de último recurso para quem, noutros bairros, se “portava mal”. No chamado Bloco dos Condenados eram realojados os moradores cujo despejo, iminente, só dependia de mais uma “falta” julgada pelo fiscal. Era um bairro mal-afamado, o Estado fazia por isso, os moradores respondiam com ironia e autoironia. Foram eles que o batizaram *Tarrafal* e crismaram o *Bloco dos Condenados*. O nome *Tarrafal* iria prevalecer até aos anos sessenta, quando o bairro passou a designar-se, oficialmente, por S. João de Deus.

Antes do 25 de Abril, os bairros eram controlados pelos fiscais, cujo papel era controlar as ações dos habitantes. Esta figura era sem dúvida um dos maiores problemas do bairro, controlava os blocos de forma autoritária e arbitrária, vigiando quem lá entrava, limitando a liberdade dos moradores, promovendo despejos sempre que achasse que as suas regras não eram cumpridas. Ernesto Santos dá como exemplo:

Uma mãe recebia uma filha porque se divorciou do marido e meteu-a em casa, era motivo suficiente para o despejo dessa família, o fiscal indicava à Câmara e a Câmara vinha no dia seguinte ao bairro e despejava a família²⁷.

Os moradores “tendo plena consciência do número dos problemas que os afetam, desde a intromissão de estranhos nas suas habitações, até à falta de água, limpeza pública, estruturas sociais, desportivas, recreativas, creches, jardins-escolas, entre muitos outros”²⁸ pretendiam acima de tudo, impedir os despejos e as transferências compulsivas.

Essas ações eram baseadas na aplicação do Regulamento de Ocupação das Casas, o “regulamento Abel Monteiro”. Este era o regulamento que geria as cerca de 50.000 pessoas, que habitavam os bairros camarários do Porto. Os bairros, como já se disse, situavam-se na periferia da cidade e, segundo o regulamento:

*os ocupantes das habitações podem ser desalojados sempre que se tornem indignos do direito concedido ou se verifique que a sua situação económica variou de tal forma que deixe de justificar a concessão*²⁹

²⁷ Entrevista a Ernesto Santos, 10/12/2018.

²⁸ “Realiza-se amanhã uma reunião dos moradores dos bairros camarários”. *O Comércio do Porto*, n.º 134, 19/05/1974, p.12.

²⁹ Artigo 10.º do Regulamento das Habitações Administrativas.

No Art.º 9.º, que tratava dos deveres dos moradores concessionários, os números 4, 5 e 6 determinavam, respetivamente:

Não fazer ruídos que perturbem os vizinhos.

Ter bom comportamento moral e cívico.

Não depositar lixo senão nos locais para isso destinados³⁰.

Exigia-se que não fossem feitos ruídos quando grande parte das casas eram construídas sem quaisquer requisitos nesse sentido (os orifícios das chaminés nas cozinhas eram conhecidas com o significativo nome de *o telefone* (de tal modo se ouviam as conversas através deles), exigia-se bom comportamento moral e cívico, no entanto, no contexto político e social em que se vivia, essa exigência inocente e idealista, impunha naturalmente o silenciar de vozes e sensibilidades diferentes das “autorizadas”, e na adaptação cega aos ditames do regime. Relativamente ao lixo, é no mínimo irónico, quando existiam espaços no bairro considerados *depósitos oficiais*. Neste regimento repressor, o limite do absurdo era atingido quando se faziam exigências totalmente inoportáveis, desumanas. As pessoas eram marginalizadas e domesticadas, convenientemente submetidas a um regulamento que correspondia “à institucionalização do terror a quem convinha”³¹

2.2. A Obra Diocesana dos Bairros e a emergência de um movimento

Devido a este conjunto de problemas, mesmo antes da revolução de abril, o sentimento de luta já estava presente nos moradores, que ansiavam libertar-se do regulamento fascista. As pessoas que moravam no bairro estavam descontentes e sentiam que era preciso alterar a situação, e no meio associativo do bairro, ligado ao desporto (sobretudo com a equipa dos Unidos ao Porto Futebol Clube), esse sentimento era geral. Como tal, um pouco antes do 25 de Abril, já existia, latente, um movimento entre moradores apoiado por técnicos da Obra Diocesana de Promoção Social (ODPS), que tinha Centros Sociais em alguns dos bairros da cidade, incluindo o bairro de S. João de Deus. A ODPS, é criada como meio de ação social na crise de habitação. Quando se verificou que a ação junto dos bairros camarários exigia uma obra vocacionada exclusivamente para esse efeito, foi criada a *Obra dos Bairros*, que teve uma longa gestação, apoiada pelo bispo D. Florentino, para quem os pobres eram prioritários na sua ação episcopal. Preocupava-o a presença da Igreja nos novos aglomerados populacionais que iam surgindo na cidade e muito especialmente o apoio às populações desenraizadas das ilhas

³⁰ “Bairros Camarários: Um trabalho político importante que passa pela crítica do sistema”. *O Comércio do Porto*, n.º 147, 22/11/1974, p.2.

³¹ *Ibidem*.

do Porto acantonadas nos grandes bairros que a Câmara Municipal estava a construir. Esta prioridade irá levá-lo à criação da *Obra dos Bairros* e, também, a uma reorganização paroquial da cidade com o projeto de oito novas paróquias, seis das quais nas periferias onde se localizava a grande maioria desses bairros: Senhora do Porto, com os bairros do Viso e Ramalde do Meio; Senhora da Ajuda, com os bairros da Pasteleira e Rainha D. Leonor; Senhora do Calvário, com os bairros do Cerco do Porto e S. Roque da Lameira; Azevedo de Campanhã, com o bairro do Lagarteiro; Senhora do Amial, com os bairros do Regado e do Carriçal, e Senhora da Areosa, com o bairro Pio XII e S. João de Deus³².

A Obra dos Bairros queria promover o desenvolvimento integral do homem como agente da sua própria história, fazer dos habitantes dos bairros “cidadãos de primeira” e ajudá-los a criar novas comunidades quando tinham perdido as antigas referências de vizinhança. Muitos eram os que se sentiam escoraçados das “ilhas” onde nasceram e emprateirados, como objetos anónimos, em grandes bairros da periferia urbana.³³

Os moradores do bairro de S. João de Deus, aliados aos técnicos da ODPS, que incentivavam o movimento, ansiavam a sua libertação. Moradores de vários bairros da cidade, sentiam a mesma vontade de mudança que se perdia com o sentimento de impotência perante a lei. Já era possível assistir a alguns episódios de tentativas de luta contra o sistema. Em Setembro de 1973, houve pela primeira vez um protesto coletivo contra um despejo no bairro da Pasteleira. Dois meses depois, em S. João de Deus, os moradores conseguem impedir um despejo, como nos contou o Dr. Ricardo Lima:

Um grupo de ciganos que vivia em Costa Cabral foi realojado no bairro S. João de Deus num bloco criado só para ciganos. Uma senhora que tinha sido realojada no Bloco dos Condenados era viúva e o namorado tinha ido a sua casa fazer-lhe uma visita. Esta visita iria fazer com que a senhora fosse imediatamente despejada. No entanto, quando a polícia municipal foi ao bairro, os ciganos, comandados pelo seu chefe, cercaram o bloco e não o permitiram, a polícia ficou com medo e foi embora. Pela primeira vez na história do bairro, o despejo foi impedido e a seguir ao 25 de Abril, havia sempre um representante cigano na Comissão de Moradores³⁴.

Todos estes fatores levaram à emergência de um movimento dos habitantes para tratar dos problemas que enfrentavam. A ânsia por liberdade era enorme, o regime da época estava num momento de rutura e as primeiras manifestações dessa rutura estavam a surgir, de um modo geral, por todo o país.

³² DIAS, João Alves – *Nos Alvares da Obra Diocesana*. Porto: Obra Diocesana de Promoção Social, 2014, p. 19.

³³ *Idem*, p.25-26.

³⁴ Em conversa com o Dr. Ricardo Lima.

3. Assim nasce um movimento

3.1. Um clima de descontentamento geral

Fora as SUGAS (subalugas). Os garfos alugados, as panelas, o espaço do chão vendido para dormir. Fora o saque, o roubo, a sacanice das sugas. Fora o medo. Fora os olhos espias dos sugas, da Ribeira, do Barredo, de Miragaia, da freguesia da Sé. Entretanto, existem algures, nos bairros camarários do Lagarteiro, de Lordelo, da Pasteleira, de Aldoar, da Rainha D. Leonor, de S. João de Deus, do Bom Pastor, mais de 300 casas desocupadas³⁵.

Em 1974, o clima de descontentamento das classes carenciadas na cidade do Porto era geral. Os despejos eram frequentes e a questão da habitação era uma componente importante da questão social. Não era só nos bairros camarários que havia falhas na legislação da habitação. Para além do problema das rendas altas, devido à inflação, e a insuficiência de habitações, havia pessoas sem casa e casas desabitadas. Para além da fiscalização dos bairros camarários, havia também a ameaça de expulsão do local tradicional de residência, pela forte pressão da especulação imobiliária, que pesava sobre os moradores pobres do centro histórico, onde as chamadas “casas colmeia”, maioritariamente em condições de sobreocupação, eram habitadas por vários agregados, vítimas das práticas de sublocação. As *subalugas*, ou *sugas*, eram maioritariamente mulheres intermediárias entre os senhorios e os moradores, no geral famílias carenciadas. Ao longo da pesquisa no *Comércio do Porto*, encontramos vários excertos sobre os inúmeros problemas habitacionais em toda a cidade. No jornal *1.º de Maio*, igualmente:

Somos 15 famílias de operários, num total de cerca de 100 pessoas, incluindo mais de 20 crianças. Vivemos num prédio de subaluga, na rua de D. João IV, n.º 402. O prédio não tem condições: não tem uma única casa de banho, temos de ir tomar banho aos balneários municipais; os tetos e soalhos estão a cair; há só uma saída por cada andar e os autoclismos não funcionam. Até a cave é habitada, é húmida, e quando o esgoto entope, a porcaria entra e não se pode lá estar. Pagamos rendas entre 600\$ e 1.000\$ por pequeníssimas divisões onde as nossas famílias se amontoam. A nossa subaluga – Maria da Conceição Costa Pereira, tem mais prédios como este. Recebe de nós 13.000\$ e apenas paga 4 500\$ ao senhorio do prédio. Pois mesmo roubando-nos todo este dinheiro, recusa-se a fazer as obras que tem obrigação de fazer³⁶.

As casas colmeia eram um dos problemas mais graves na cidade do Porto. Em largas centenas de prédios, exteriormente iguais aos demais, viviam dezenas de milhar de pessoas acumuladas umas em cima das outras, sem espaço, sem condições de higiene, sem qualquer tipo de intimidade, sem possibilidade de uma vida verdadeiramente humana. Mas, para além de tudo isso, essas dezenas de milhar de pessoas eram sujeitas a uma superexploração por parte

³⁵ “Na Rua da Lada (Ribeira) o povo reunido reivindicou (outras) habitações”. *O Comércio do Porto*, n.º 129, 12/05/1974, p. 3.

³⁶ “Inquilinos unidos jamais serão vencidos”. *O 1.º de Maio*, n.º 8, 1/11/1974, p. 3.

das subalugas que, quase sempre com a cumplicidade dos senhorios, exigiam rendas altas e utilizavam todos os meios para manter sob o seu jugo todos aqueles que, infelizmente, não tinham outro sítio onde morar.

3.2. A primeira comissão de moradores da cidade do Porto

Em 30 de Abril de 1974, os moradores de S. João de Deus, tomam a palavra e elaboram o primeiro caderno reivindicativo. Iniciara-se o movimento dos bairros camarários que em pouco tempo alastra à maioria dos bairros³⁷.

A revolução de abril veio abrir novos horizontes e fez nascer em todo o país um sentimento de libertação. No Porto, o fim do regime ditatorial deu origem a uma série de movimentos sociais em toda a cidade. Nasceu um novo sentimento de luta, de reivindicação por melhores condições de vida. As massas populares iniciaram o seu combate pelo direito ao trabalho, pela diminuição da exploração, pelo direito à habitação, direito à educação, no fundo, pela transformação da sociedade. Iniciaram-se lutas nas fábricas, lutas nas escolas, lutas contra os despejos, lutas pela habitação, lutas pelo saneamento de gente e leis reacionárias, desenvolveu-se a luta anticolonial. Por toda a parte, as classes populares exigiam mudança.

O movimento de moradores não foi exceção. É importante referir que todo o movimento se inicia com os moradores do bairro S. João de Deus, que criam o primeiro caderno reivindicativo dos Bairros Camarários contra o “regulamento Abel Monteiro”.

Uma semana após o 25 de abril, o povo, em massa, saiu à rua no sentido de comemorar duas vitórias: a revolução de abril, que tinha acabado com a ditadura, e a do Dia do Trabalhador, uma comemoração que o Estado Novo tinha banido. Após 48 anos de ditadura, o 1.º de maio era a primeira grande manifestação depois de décadas em que o direito à reunião era proibido. Ao lado de cartazes sobre “o direito à greve” ou ao “salário mínimo nacional”, a população exigia o fim da guerra colonial, o direito de voto aos 18 anos, o julgamento público dos criminosos fascistas, enfim, discursos de liberdade espalhavam-se por toda a cidade, a repressão tinha acabado.

³⁷ BRANCO, José Mário – A luta dos bairros camarários, 1974.

FIGURA 2. MORADORES DE S. JOÃO DE DEUS NA MANIFESTAÇÃO DO 1.º DE MAIO. FOTOGRAFIA DE MÁRIO BROCHADO COELHO, 01/05/1974.



No dia 1.º de Maio, os moradores do Bairro S. João de Deus manifestaram-se, com cartazes e panfletos, as mulheres rasgavam lençóis e panos velhos para escrever frases como por exemplo *Abaixo Abel Monteiro*. Os moradores foram à Praça da República, ao Quartel General, onde estava instalado o MFA, e entregaram o primeiro caderno reivindicativo ao comandante Carlos Azeredo. Depois, em conjunto com milhares de pessoas, foram para a baixa do Porto e uniram-se numa gigantesca manifestação. Este é o primeiro marco do movimento. Com esta primeira manifestação, nasceu a necessidade de organizar os moradores em várias Comissões, correspondentes aos vários bairros.

3.3. A irradiação do movimento para outros bairros da cidade

Após a manifestação, os membros da comissão de moradores do Bairro de S. João de Deus começaram a organizar sessões em outros bairros. Depois de José Mário Branco ter composto a canção *A luta dos bairros camarários*, colocavam no altifalante essa música para mobilizar os moradores, faziam o comício, como diziam, tratando de induzir a criação de outras comissões, fazendo alastrar o movimento na cidade do Porto. Com a elaboração do caderno reivindicativo, os moradores pretendiam pôr um fim ao regulamento Abel Monteiro e alterar a legislação que regulava a habitação camarária na cidade.

A luta centra-se em dois objetivos principais: luta contra o regulamento fascista, não haverá mais fiscais, não haverá mais multas, nem transferências nem despejos. A vida dos bairros camarários regular-se-ia pela vontade dos seus moradores. Luta pelo saneamento da Câmara, abaixo Abel Monteiro, fora com todos os que oprimem o povo³⁸.

Começaram no bairro de S. Roque e influenciaram outros como os de S. Tomé, Cerco, Fonte da Moura, Fontainhas, conseguindo mais tarde unir moradores de todos os bairros camarários da cidade. Uma das razões era o facto de existirem muitas casas desocupadas e imensas pessoas sem habitação, pessoas que viviam em barracos, em casas sem condições e em ilhas. O movimento promoveu a ocupação dessas casas desocupadas e, mais tarde, após uma luta constante, conseguiu a sua legalização. Segundo Ernesto Santos, o *assalto foi impetuoso* e foram ocupadas mais de cem casas. Quando a Câmara se apercebeu da situação já era tarde.

É um caso delicado, dos mais delicados que o município, eventualmente, terá entre mãos, o que se passou na sexta-feira no bairro de S. João de Deus, quando cerca de 40 habitações foram tomadas de assalto por famílias sem teto, ou só com meio teto³⁹.

Esta luta não ocorreu só no S. João de Deus, a ocupação de casas alastrou-se a todos os bairros onde existiam Comissões de Moradores, como por exemplo o bairro de S. Tomé, e este momento tornou-se uma das maiores vitórias das Comissões em relação à habitação do Porto, já que foram legalizadas todas as casas que foram ocupadas, supostamente de forma ilegal. Pela primeira vez, muitas pessoas conseguiram ter uma casa com alguma dignidade.

Ernesto Santos explicou também que tanto ele como alguns amigos que pertenciam ao movimento (como Alfredo Monteiro, Negaça e Rafael) já tinham bastante prática em direção pela sua participação no Unidos ao Porto Futebol Clube. Fundado por miúdos em 1958, foi onde teve os seus primeiros êxitos e onde aprendeu a dirigir, servindo assim de escola para liderar o movimento de moradores.

Outra das necessidades da Comissão foi conseguir articular e centralizar todo o trabalho das Comissões dispersas pelos respetivos bairros. Segundo o líder do movimento, esta centralização foi de grande importância.

É de salientar que todo o movimento foi iniciado pelos moradores do bairro de S. João de Deus. Foi neste bairro que nasceu efetivamente a primeira Comissão de Moradores e foram eles que começaram a ir para outros bairros e influenciaram a criação de outras Comissões, através de uma série de discursos revolucionários, dando corpo ao movimento na cidade do Porto. A evolução do movimento levou a organizar plenários, com representantes das várias comissões, para discutir as alterações necessárias na política de habitação. O movimento

³⁸ BRANCO, José Mário – *A luta dos bairros camarários*, 1974.

³⁹ “Bairro de S. João de Deus: À espera de ordem de despejo os inquilinos «de ocasião»”. *O Comércio do Porto*, n.º 146, 29/05/1974, p. 2.

alastrou-se por toda a cidade, unindo moradores dos bairros camarários, das ilhas, dos bairros de lata e das “casas colmeia” para lutar contra os problemas da habitação. Os bairros camarários iriam começar a eleger um representante em cada bairro para representar cada comissão de moradores.

4. A luta dos bairros camarários da cidade do Porto em 1974

Numa notícia do jornal *O Comércio do Porto*, de Maio de 1974, pode ler-se, a propósito dos despejos nos bairros camarários:

Relações que se processam à margem da lei geral do inquilinato: O que por certo muitos ignoram. Mas que corresponde efetivamente à anómala situação de um senhorio com lei própria que lhe confere o privilégio de despejar, de aumentar a renda ou transferir de bairro o seu inquilino. Bastará muitas vezes e até por maldade ou vingança do fiscal do bairro, uma queixa de uma pequena infração a essa lei para que o senhorio chame logo o inquilino a explicações, e de nada lhe valerá ter a renda em dia, se não conseguir justificar a sua falta ou comprovar a má-fé da acusação corre o risco de ser castigado e transferido para outro bairro situado em zona da cidade oposta àquela onde exerce a sua atividade profissional, ou ainda receber ordem de despejo sem possibilidade de apelo⁴⁰.

O movimento inicia-se em maio de 1974, de forma espontânea, com a exigência de resposta às deficientes condições de habitação, mas os moradores só conseguem atingir os seus objetivos no ano seguinte, após uma luta constante. Através da investigação foi possível apurar as datas dos principais acontecimentos do movimento no ano de 1974.

No dia 13 de maio, moradores da Ribeira, influenciados pelos discursos revolucionários dos habitantes dos bairros camarários, considerando que tinham uma posição prioritária em relação à ocupação das cerca de 300 casas desocupadas dos bairros camarários⁴¹, “reivindicam que lhes sejam cedidas imediatamente as referidas habitações a fim de serem ocupadas pelas famílias mais necessitadas”⁴². Moradores da zona da Ribeira (Barredo, Fonte Taurina, Reboleira), que se teriam reunido no dia anterior para discutir as suas condições de habitação, dirigiram-se, à Câmara Municipal, no sentido de reivindicar os seus direitos através de um abaixo-assinado, em que constava o direito de ocupação das casas desocupadas nos bairros camarários.

No dia 20 de Maio ocorreu a primeira reunião com representantes dos moradores de vários bairros camarários, para debater assuntos relacionados com a sua posição de inquilinos da Câmara Municipal. O debate incidiu sobre os problemas que afetavam os moradores, como

⁴⁰ “Realiza-se amanhã uma reunião dos moradores dos bairros camarários”. *O Comércio do Porto*. N.º 134, 19/05/1974, p. 12.

⁴¹ Lagarteiro, Lordelo, Pasteleira, Aldoar, Rainha D. Leonor, S. João de Deus e Bom Pastor.

⁴² “Na Rua da Lada (Ribeira) o povo reunido reivindicou (outras) habitações”. *O Comércio do Porto*, n.º 129, 12/05/1974, p. 3.

a falta de água, de limpeza pública, de estruturas sociais, desportivas, recreativas, creches e jardins-escolas, além da questão da fiscalização.⁴³

No dia 26 do mesmo mês, os moradores de quase todos os bairros uniram-se e fizeram uma manifestação em frente ao edifício da Câmara com o objetivo de acabar com o regulamento Abel Monteiro, exigindo a sua revogação.⁴⁴

No dia 28 de Maio, os moradores começaram a ser ouvidos. A Câmara enviou uma carta a indicar “que se torna necessário estudar alterações a introduzir na legislação em vigor para os bairros camarários e nos regulamentos internos de funcionamento desses bairros”⁴⁵ e formou um gabinete para apoiar os moradores, o Gabinete de Atendimento aos Moradores dos Bairros Sociais. Para este fim, ficou designada uma comissão, constituída, por parte da Câmara, pelo Eng. Adriano Augusto Amendoeira dos Santos e pelo Dr. Armando Gomes. Estes, iriam começar por assegurar a representatividade dos moradores dos bairros, através das suas comissões, e de outras pessoas interessadas de forma a ser abrangido todo o leque de problemas existentes.

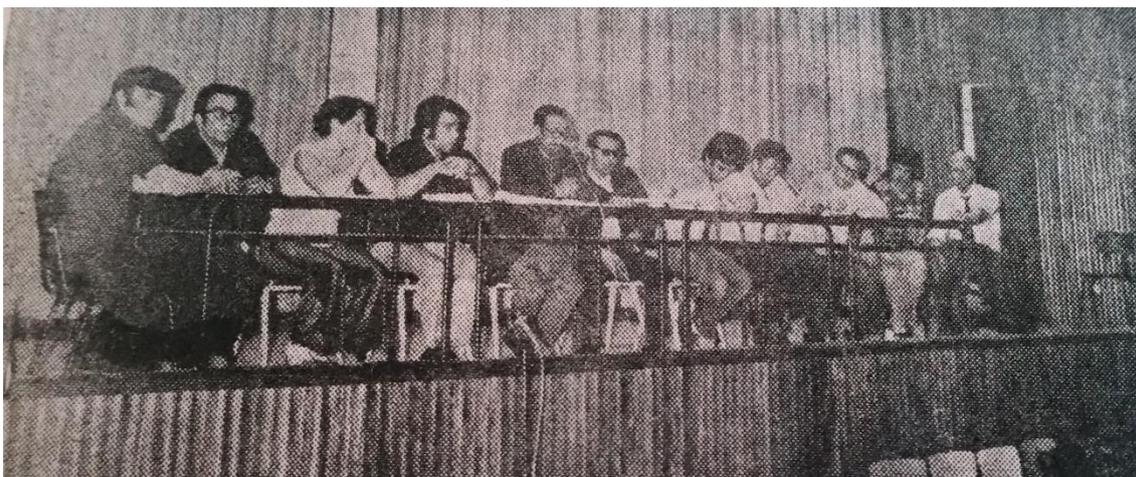
No dia 20 de julho, representantes dos bairros camarários voltaram a reunir-se em plenário no Centro de Formação Profissional Acelerada, no Bairro do Cerco, para estudarem a elaboração de um caderno reivindicativo único a apresentar à Câmara. Estavam presentes os representantes dos bairros de S. João de Deus, Lagarteiro, S. Roque, Fonte da Moura, Cerco, Falcão, Regado, Pasteleira, Rainha D. Leonor, Aldoar e Monte da Bela.

⁴³ “Realiza-se amanhã uma reunião dos moradores dos bairros camarários”. *O Comércio do Porto*, n.º 134, 19/05/1974, p. 12.

⁴⁴ COELHO, Mário Brochado – “Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/Norte - 1974/1976)”, p. 646.

⁴⁵ “Bairros Camarários: Vão ser introduzidas alterações na legislação em vigor”. *O Comércio do Porto*, n.º 145, 28/05/1974, p. 2.

FIGURA 3. A MESA QUE PRESIDIU A REUNIÃO DE 20 DE JULHO DE 1974.



FONTE: “MORADORES DE BAIROS EM PLENÁRIO: APROVADO RIGOROSO INQUÉRITO AOS INQUILINOS PROPRIETÁRIOS”. O COMÉRCIO DO PORTO, N.º 43, 23/07/1974, P. 2.

Um dos problemas que suscitou maior controvérsia e fez prolongar a assembleia relacionou-se com a continuação ou não da presença nos bairros camarários dos antigos fiscais camarários. Uns sustentaram que os fiscais deveriam permanecer nos bairros como simples inquilinos e não exercendo, portanto, aquelas funções, enquanto outros opinaram que os fiscais, residindo nos bairros, poderiam servir de elo de ligação entre as comissões e a Câmara, levando até esta as reivindicações de cada bairro. De um modo geral, houve unanimidade em manter os antigos fiscais como habitantes dos bairros. Uns indicavam que eram “homens como quaisquer outros, com o seu agregado familiar, de quem são em muitos casos o único sustento”⁴⁶, e que seria um problema ficarem sem trabalho. Esta opinião suscitou desde logo uma reação “Esse é um problema da Câmara e não dos bairros. A Câmara é que terá de continuar a garantir trabalho aos funcionários que estejam nessas condições”⁴⁷.

Oito dias antes, tinham sido aprovados nove artigos do caderno reivindicativo considerados prioritários. No entanto, após um debate de opiniões entre os diversos representantes, chegou-se à conclusão de que seria necessário completar as reivindicações dos moradores. Assim, foram aprovados mais três artigos, que passaram a ser o 10.º, 11.º e 12.º dos princípios fundamentais reguladores dos bairros camarários dando por concluído o caderno reivindicativo:

⁴⁶ “Moradores de Bairros em Plenário: Aprovado rigoroso inquérito aos inquilinos proprietários”. O Comércio do Porto, n.º 43, 23/07/1974, p. 2.

⁴⁷ *Ibidem*.

Art.º 10.º - Que seja feita uma revisão nos processos dos moradores, cabendo o direito àqueles que por atraso de pagamento de rendas nos dias indicados, forem multados com um acréscimo de 100% de juros de mora, sejam imediatamente reembolsados. Esse reembolso deve ser descontado com as taxas a pagar à Câmara.

Art.º 11.º - Cedência de casas aos filhos dos moradores que contraíam matrimónio e que seja possibilitado o desdobramento de habitação para familiares que coabitam, sempre que necessário e na medida das disponibilidades dos bairros.

Art.º 12.º - Rigoroso inquérito a moradores que são proprietários e estão a ocupar as casas que estão a fazer falta aos mais necessitados.⁴⁸

Nesta reunião, foi também proposta a criação de Centros Sociais em todos os bairros, mas devido ao adiantado da hora, essa proposta ficou para ser discutida na reunião seguinte que teve lugar no mesmo sítio no dia 27 do mesmo mês. Nesse dia, com o objetivo de centralizar todo o trabalho das Comissões dos diversos bairros, discutiu-se a necessidade de criar uma comissão central. Esta comissão teria como missão zelar pelos interesses dos moradores e seria eleita pelos bairros e composta por representantes de todos eles.⁴⁹

No dia 31 de Julho, o governo criou o projeto SAAL, Serviço Ambulatório de Apoio Local, que funcionou como um programa de intervenção urbana, com o objetivo de apoiar as iniciativas dos moradores pobres que lutavam para resolver o problema habitacional.⁵⁰ Este projeto foi de extrema importância no desenvolvimento de todo o movimento de moradores.

No dia 22 de Outubro, um conjunto de operários que estiveram em greve na obra da Mutual (Soares da Costa) realizaram uma sessão de esclarecimento no bairro de S. João de Deus. Os operários pretendiam informar sobre a verdade da sua luta, chamar a atenção para a gravidade da prisão de grevistas, desmascarar a imprensa burguesa, a lei anti-greve e os métodos fascistas da PSP. Pretendiam dar a conhecer a sua luta a outros trabalhadores e unir a população.

Dando o seu apoio aos grevistas da Soares da Costa e mais uma vez às reivindicações dos moradores dos bairros camarários esteve José Mário Branco que, no final da sessão, cantou algumas canções de luta. Comícios populares como este põem em prática o princípio de que é da máxima importância que as lutas sejam alargadas ao maior número de locais como um meio de organização da solidariedade e reforço da luta popular contra a repressão e a exploração capitalista⁵¹.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ “Bairros Camarários: Vai ser hoje eleita uma comissão central para zelar os interesses dos moradores”. *O Comércio do Porto*, n.º 48, 29/07/1974, p. 2.

⁵⁰ COELHO, Mário Brochado – “Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/Norte - 1974/1976)”. p. 647.

⁵¹ “Inquilinos unidos jamais serão vencidos”. *O I.º de Maio*, n.º 8, 1/11/1974, p. 15.

Um elemento da Comissão de moradores do bairro apelou para a solidariedade entre todos os trabalhadores e para a necessidade de os moradores dos bairros camarários continuarem a lutar pela abolição do regulamento fascista que os oprimia. A centena de pessoas que enchia a sala ouviu com todo o interesse e aplaudiu calorosamente a intervenção do operário da Firma Soares da Costa.

Apesar de todas as reivindicações e reuniões dos meses seguintes, e apesar da promessa de alteração feita pela Câmara, o regulamento fascista dos bairros continuava em vigor, no dia 20 de novembro, mantendo-se também muitos problemas dos moradores.

O regulamento fascista colocou todos os habitantes dos Bairros Camarários numa situação de insegurança quanto aos seus direitos a uma habitação; Criou um regime arbitrário e opressor que dominou a vida de todos da forma mais violenta, injusta e desumana; Retirou aos habitantes dos Bairros Camarários todo e qualquer poder de iniciativa e decisão sobre os graves problemas referentes aos mesmos bairros; Desenvolveu um clima de medo e de subserviência que muito prejudicou as relações entre os diversos habitantes de cada bairro e entre os diversos bairros; Transformou um sistema de habitação social numa fonte de rendimento e de opressão camarários⁵².

Esta transcrição fazia parte do documento dos Princípios Fundamentais Reguladores da Cidade do Porto. Os habitantes dos bairros camarários sabiam e não esqueciam que ainda permaneciam na Câmara Municipal do Porto todos os funcionários que, ao longo de muitos anos, serviram o regime ditatorial, pelo que não iriam tolerar qualquer interferência da sua parte, no processo de regulamento da vida nos bairros. Neste sentido, 10 dias depois, moradores de toda a cidade invadiram as instalações da Câmara do Porto, na sequência de uma manifestação que partiu do Terreiro da Sé, protestando contra o atraso da publicação do novo regulamento dos bairros e da legislação sobre a sublocação.⁵³

No bairro de S. João de Deus, a Comissão continuava a reunir-se uma vez por semana e discutia os problemas comuns:

O servilismo, a subserviência, a demissão dos moradores em relação aos seus problemas concretos são outras tantas consequências da política social do fascismo que, a nível de bairros camarários, encontrava a sua mais completa expressão na legislação a que temos vindo a fazer referência. Contradições como estas devem ser abordadas e esclarecidas pelas comissões dos bairros, e são-no efetivamente, através de uma luta diária que não é só de depois do 25 de abril, mas antes se radica no próprio momento em que se teve consciência da exploração e da injustiça social⁵⁴.

⁵² “Bairros Camarários: Regulamento fascista ainda em vigor”. *O Comércio do Porto*, n.º 145, 20/11/1974, 2.

⁵³ O que só viria a acontecer em Janeiro do ano seguinte e só no dia 16 de Maio de 1975 é que a sublocação iria ser ilegalizada. Cf. Decreto-Lei n.º 232/75, de 16 de maio

⁵⁴ “Bairros Camarários: Um trabalho político importante que passa pela crítica do sistema”. *O Comércio do Porto*, n.º 147, 22/11/1974, p. 2.

FIGURA 4. REUNIÃO DA COMISSÃO DO BAIRRO DE S. JOÃO DE DEUS.



FONTE: “BAIRROS CAMARÁRIOS: UM TRABALHO POLÍTICO IMPORTANTE QUE PASSA PELA CRÍTICA DO SISTEMA”. O COMÉRCIO DO PORTO, N.º 147, 22/11/1974, p. 2.

Entretanto, a 2 de dezembro de 1974, realizou-se o primeiro plenário com representantes de todas as comissões de moradores da cidade, juntando as comissões ligadas ao projeto SAAL, as comissões dos bairros e outras, criando-se, oficialmente, a Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores.⁵⁵

Em relação às principais conquistas dos moradores, segundo Ernesto Santos, um dos momentos mais marcantes é o de ainda hoje existirem pessoas a morar nas casas que foram legalizadas após o processo de ocupação inicial do movimento. Explicou que, apesar de ter tido um papel importante na luta, era o conjunto de papéis que fazia o movimento, que todas as pessoas participaram e fizeram algo pela comissão. Sem a intervenção de todos, a comissão não teria sido a mesma:

Aquele bairro era um bairro que quando as pessoas se juntavam tinham que ganhar. O meu papel não deixa ser um papel com alguma relevância, mas era o conjunto de papéis que fazia o movimento. Eu tenho sempre a percepção que sozinhos não somos nada, que sobressaímos mediante a equipa que temos. E acho que as comissões de moradores conseguiram que a Câmara começasse a olhar os moradores dos bairros camarários mais como inquilinos do que como ocupantes. Até então eram apenas ocupantes e hoje são inquilinos de pleno direito.⁵⁶

⁵⁵ COELHO, Mário Brochado – “Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/Norte - 1974/1976)”, p. 652.

⁵⁶ Entrevista a Ernesto Santos, 10/12/2018.

Outra alteração importante que o movimento conquistou foi o fim da figura do fiscal do bairro e a conquista, mais tarde, de uma nova legislação. O movimento de moradores conseguiu legalizar a ocupação de casas desabitadas e acabar com o regulamento fascista. Conseguiu pressionar a elaboração de um conjunto de leis necessárias para solucionar o problema da habitação na cidade do Porto.

Considerações Finais

A investigação permitiu conhecer o processo de formação do movimento de moradores dos bairros camarários do Porto e, em particular, da comissão de moradores do Bairro de S. João de Deus, que foi objeto de estudo neste trabalho.

O movimento de moradores da cidade do Porto, formado em 1974, desenvolveu-se muito no ano seguinte; mas dadas as condições de realização deste trabalho, tivemos de cingir-nos ao período inicial, de formação das comissões de moradores. Uma análise mais ampla deveria alargar o período de observação pelo menos até 1976, para verificar o percurso seguido por essas comissões. Centrámos este estudo no Bairro de S. João de Deus, onde se formou a primeira comissão de moradores na cidade do Porto, mas, para um estudo mais amplo, seria necessário abarcar os outros bairros da cidade, que irão ter também um papel importante no decorrer do movimento.

O trabalho permitiu entender a emergência e o contexto político do surgimento da Comissão de Moradores do Bairro de S. João de Deus como parte integrante do movimento de moradores dos bairros sociais da cidade do Porto e no país. Houve claramente uma ligação do movimento ao Projeto SAAL (fundamentalmente na intervenção nos alojamentos de fraca qualidade) que não foi possível desenvolver nesta investigação. Existem também uma série de alterações no movimento nos anos seguintes com as primeiras eleições legislativas e autárquicas e a infiltração de ideologias políticas distintas dentro da Comissão de moradores.

Fontes

Fontes hemerográficas

Jornal de Notícias. Porto, abril-dezembro 1974.

O Comércio do Porto. Porto, abril-dezembro 1974.

O 1.º de Maio. Porto, junho-novembro 1974.

Fontes discográficas

A luta dos bairros camarários – Canção composta por José Mário Branco inspirada na luta do Bairro S. João de Deus. O single saiu em junho de 1974 e integrou o 1º álbum do Grupo de Ação Cultural *Vozes na luta, A Cantiga é uma arma*.

Fontes orais

Entrevista a Ernesto Santos, 10 dezembro 2018.

Entrevistas a Ricardo Lima, entre novembro de 2018 e junho de 2019.

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo – *Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)*. Porto: FLUP, 2010. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

CARDOSO, Vasco – “A morfologia da habitação social no Porto após o Plano de Melhoramentos: Rutura ou continuidade?”. *Atas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, p. 1-17.

COELHO, Mário Brochado – “Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/Norte - 1974/1976)”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18-19-20, 1986, p. 645-671.

DIAS, João Alves – *Nos Alvares da Obra Diocesana*. Porto: Obra Diocesana de Promoção Social, 2014.

DOWNS, Charles – “Comissões de Moradores and Urban Struggles in Revolutionary Portugal”. *International Journal of Urban & Regional Research*, vol. 4, 1980, p. 267-294.

FERNANDES, Eduardo – “The language of the SAAL program: Similarities and variations in the work of the SAAL teams in Porto”. In BANDEIRINHA, José António; SARDO, Delfim; MONIZ, Gonçalo Canto (ed.) *74-14 SAAL anual Architecture*. Porto/Coimbra: e|d|arq/Centro de Estudos Sociais/Fundação de Serralves, 2016, p. 135-142.

GROS, Marielle Christine – *O alojamento social sob o fascismo*. Porto: Afrontamento, 1982.

LIMA, João Carlos Mendes – *O 1.º de Maio. Um grupo militante no processo revolucionário português: nascimento, morte e transfiguração*. Porto: FLUP, 2016. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

- LOPES, Ana Paula Pinto Oliveira – *O associativismo na cidade educadora: O Caso do Porto*. Porto: faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2009. Dissertação de Mestrado.
- MATOS, Fátima Loureiro – “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956.” *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 127, 1994, p. 677-695.
- NEGREIROS, Maria Augusta Gerales – *Trabalho social de comunidades nos bairros Camarários do Porto*. Porto: Universidade Lusíada. 1985.
- PALACIOS CEREZALES, Diego – *O Poder Caiu na Rua*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 79-105.
- PIMENTA, Manuel – “(Coord.)” adotada *Estudo Socioeconómico da Habitação Social*. Porto: Pelouro de Habitação e Ação Social. Câmara Municipal do Porto, 2001.
- PEREIRA, Gaspar Martins – “SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário”. *Revista da Faculdade de Letras – História*. IV série, vol. 4. Porto: FLUP, 2014, p. 13-31.
- PEREIRA, Virgílio Borges – “Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu: sobre as memórias do encontro entre o social e a política no Porto pós-revolucionário”. In MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Virgílio Borges (ed.) – *A política em estado vivo: uma visão crítica das práticas políticas*. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 237-251.
- PEREIRA, Virgílio Borges – “Voices in the revolution: Resisting territorial stigma and social relegation in Porto’s historic centre (1974-1976)”. *The Sociological Review Monographs*. vol. 66(4), 2018, p. 857–876.
- QUEIRÓS, João – “Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia”. *Análise Social*, vol. XLVIII (1.º), n.º 206, 2013, p. 102-133.
- RODRIGUES, Maria – *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76)*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- SARDO, Susana; BRANCO José Mário — “Canções mensageiras. A cumplicidade entre Brasil e Portugal na construção das democracias através da palavra cantada”. In VALENTE, Heloísa de A. Duarte; PEREIRA, Simone Luci (org.) — *Com som! Sem som... Liberdades políticas, liberdades poéticas*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 139-160.

TEIXEIRA, Manuel C. – *A habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

TEIXEIRA, Manuel C – “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”. *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 115, 1992, p. 65-89.

VILAÇA, Helena – “As Associações de Moradores enquanto Aspeto Particular do Associativismo Urbano e da Participação Social”. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº 4, 1994, p. 49-96.

Anexos

Anexo 1: Entrevista com Ernesto Santos, líder da primeira Comissão de Moradores da cidade do Porto

No dia 10 de dezembro de 2018, foi realizada uma entrevista a Ernesto Santos, atual presidente da Junta de Freguesia de Campanhã, na sede da Junta de Freguesia de Campanhã.⁵⁷

Nesta entrevista esteve também presente o Dr.º Ricardo Lima, que acompanhou de perto o movimento de moradores, assim como o processo de luta dos bairros camarários e a formação da primeira Comissão.

1. Onde nasceu e quando foi morar para o Bairro S. João de Deus?

E.S: Eu nasci em 1947 e no bairro S. João de Deus.

2. Como caracteriza o estado do Bairro S. João de Deus, antes e depois da revolução de 25 de Abril de 1974?

E.S: O Bairro S. João de Deus tem que ser sempre analisado nas suas três/quatro fases de crescimento, porque o Bairro S. João de Deus, inicialmente, eram as casas que existem hoje [...] Portanto, tem que se distinguir sempre essas quatro fases. A primeira fase é o bairro de vivendas uni familiares dos anos quarenta, a segunda fase é uma fase composta por oito blocos que iam de A a H. A terceira fase são outros oito blocos que iam de 1 a 8, sendo que a quarta fase seria a fase mais complicada, a fase dos barracos, seria de cerca de duzentos e setenta barracos que com o Projeto da Luta contra a Pobreza são demolidos, isto num acordo com a Câmara Municipal do Porto ordenado por Fernando Gomes em 1992, e são construídos outros oito blocos onde vão caber essas duzentas e setenta e tal pessoas e famílias que viviam nos barracos. A primeira fase ocorre nos anos 40, a segunda fase em meados dos anos 50, a terceira fase é já quase no final da década de 60 e a quarta fase é já nos anos 90, portanto, prédios que eram completamente novos que na altura custaram dois milhões de contos. Um milhão vindo da Luta contra a Pobreza e outro milhão vindo da Câmara e que o Dr. Rui Rio resolveu por bem demolir como se fossem casas velhas. Na altura as casas tinham sete anos e eram sem dúvida o melhor bairro da cidade do Porto, as casas com melhores acabamentos da habitação social. Isto resumindo mais ou menos todas as fases do bairro S. João de Deus.

A necessidade, ou seja, formação [...] da Comissão de Moradores, ela nasce (nada é espontâneo ao fim e ao cabo), há um movimento, nesse tempo, um bocadinho antes do 25 de abril, a instituição que dava algum apoio às populações tanto do ponto de vista social como de outros pontos de vista, até político também, eram os técnicos da Obra Diocesana, que existiam em vários bairros da cidade e também no S. João. Portanto, quando arranca o 25 de abril, e isto foi logo no dia 27/28, dia 30 forma-se uma comissão que faz uma brutal manifestação em direção ao Quartel General. Mas mesmo brutal, acho que hoje não seria possível, (nem os coletes amarelos, não sei) e nasce então aí a necessidade de organizar os moradores, isto por várias razões e uma das razões foi havendo como havia naquele bairro imensas casas desocupadas, havendo como havia imensas pessoas sem habitação, pessoas a viver já também em barracos, em casas abarracadas, em ilhas, de certa forma promove-se o assalto às casas, promove-se a ocupação das casas, e depois uma luta interessante foi a legalização das mesmas, depois de se promover a ocupação das casas, promove-se depois a legalização das mesmas. Na altura, estava na Câmara uma tal Maria Antónia, quando chegou ali e viu o ambiente só tinha que dizer que sim a tudo. Foram ocupadas cento e muitas casas, mas a senhora, coitada, chegou ali e viu aquele inferno, tirando uma ou outra troca de palavras que

⁵⁷ Entrevista gravada, com autorização do entrevistado.

era inevitável. E aí nasceu, e sobretudo, sobre as comissões de moradores, um dos grandes papéis que tiveram em relação à habitação do Porto foi exatamente a legalização em vários bairros, ou seja, não se passou só no S. João de Deus. Por exemplo, no bairro de S. Tomé, a comissão de moradores do S. Tomé também era bastante forte. Em vários bairros foram legalizadas onde havia comissões, e depois eram alastrados aos outros, foram legalizadas todas as casas que foram ocupadas, diziam eles, ilegalmente. A missão mais nobre que tiveram as comissões de moradores, porque é a partir daí [...] é a primeira vez que muitas pessoas conseguem ficar com uma casa com alguma dignidade. É claro que as necessidades de habitação hoje são completamente diferentes, para aquela altura as casas eram minimamente dignas, não existiam na altura as mesmas necessidades que existem hoje. [Observação de Dr. Ricardo Lima, que também estava presente, a relembrar da lixeira]. Também, também existia a lixeira, com resíduos de hospitais, onde era despejado todo o tipo de resíduos, hospitalares e não só, de toda a ordem, aliás, se calhar pior que dos hospitais era o que vinha do ar líquido, o carboneto, aquilo sempre que chovia havia miúdos da minha altura, durante os meus 15-16 anos, e um dos nossos entretenimentos era atirar para lá uma tocha e aquilo começar aos estouros até que vinham os bombeiros, vinha toda a gente. (risos), mas também era uma forma de queimar parte do carboneto que estava para lá, nós sem sabermos ao fazermos as nossas asneiras estávamos a fazer bem para o bairro. Mas essa lixeira durou até ao 25 de Abril e mesmo depois ainda lá punham lixo, embora depois, com as comissões, começamos a impormo-nos e isso acabou de qualquer das formas. Depois, havia um bloco e o campo de futebol, aquele bloco chamado o comboio e o campo desportivo foram construídos precisamente em cima da lixeira, em cima do que outrora tinha sido a lixeira.

Depois, uma das necessidades da Comissão foi tentar centralizar todo o trabalho das comissões que estavam dispersas que estavam nos diversos bairros, e acho que teve um papel muito meritório a comissão central dos bairros camarários, isto enquanto que não teve a apetência dos partidos. Quando começou a ter a apetência dos partidos, a comissão coordenadora dos bairros camarários começou a trabalhar pior, inclusive quando o PCP se meteu dentro da comissão central dos bairros camarários, a comissão central começa a ser bloqueada e começa a ser dirigida de fora para dentro e não de dentro para fora como até então e foi aí que algumas pessoas como eu se começaram a chatear com a situação e deixaram o movimento. No entanto, mesmo depois de sair da comissão, ela ainda durou alguns anos com o pessoal da CDU, mas acabou por acabar, morreu, velha, se calhar eram necessárias ideias novas e sangue novo e hoje não existe uma única Comissão desse tempo. Tenho a impressão que hoje os bairros camarários necessitavam outra vez de um movimento, hoje se calhar tanto como naquela altura, até por uma questão de sensibilização dos moradores e não só para ser contra ou a favor, era uma questão de sensibilização e de educação ambiental, por exemplo, que faz muita falta neste momento e, se calhar, as comissões de moradores hoje com outra experiência, com outra maneira de ser, já poderiam ir por outros caminhos e têm ferramentas hoje que não tínhamos naquela altura, as ferramentas naquela altura éramos nós próprios e alguns amigos.

Ainda hoje tenho ideia que a maioria dessas pessoas que chegaram até nós foram pessoas completamente desinteressadas do ponto de vista político partidário, pelo menos a mim nunca nenhuma dessas pessoas me tentou levar para o partido a, b ou c e hoje, passados todos estes anos, que se sublinhe isso, que eram pessoas apenas interessadas pelo movimento popular dos bairros camarários.

[Observação de Dr. Ricardo Lima: “há uma coisa que tu talvez por modéstia não dizes. O papel da comissão de S. João de Deus em relação às outras comissões é que foi a comissão do bairro S. João de Deus que despoletou o movimento todo.”]

Sim, todo o movimento é despoletado pelos moradores do bairro S. João de Deus, fomos nós que com alguns amigos começámos a ir para o S. Roque onde se formou a Comissão de moradores, que na altura tinha um

individuo muito bom que era o Avelino, ao Cerco, Fonte da Moura e a vários bairros, a bairros da zona ocidental até. Eu e alguns amigos dentro e fora do Bairro S. João de Deus andávamos nessa luta e a formar outras comissões até chegarmos à necessidade de nos reunirmos numa comissão central e isso teve os seus efeitos positivos porque também levou a que a Câmara nos reconhecesse e a própria Câmara formasse dentro das suas instalações o Gabinete de Atendimento aos Moradores dos Bairros Sociais, isso foi um passo da comissão de moradores que depois [...] ainda tenho aí um funcionário que esteve nesse gabinete, o Ferreira ele e o Zé Maria-Paranhos estiveram nesse gabinete

[Observação de Dr. Ricardo Lima: “Só queria dizer uma coisa. Quem ia aos outros bairros eram vocês do bairro S. João de Deus. Os amigos davam boleia. Vocês é que dinamizavam os moradores dos outros bairros e na altura arranjou-se aquela música feita pelo José Mário Branco, e vocês chegavam aos bairros e punham a música a tocar, *A luta dos bairros camarários*, e a população aparecia e vocês falavam, vocês é que faziam os discursos todos...”] Fizemos os comícios em inúmeros bairros, S. João de Deus dá origem aos movimentos de comissões de moradores, hoje há algumas associações, mas não há comissões e as comissões dentro dos bairros camarários sinceramente ainda hoje fariam falta, porque hoje o nível de vida social nos bairros é se calhar ainda um bocado pior do que era naquela altura, porque as necessidades hoje são muitas mais do que eram na altura.

Ernesto, Fred Monteiro e o Negaça e o Rafael (do movimento). Éramos pessoas que já tomávamos conta do clube e já tínhamos uma prática dirigente bastante forte e aquele clube foi sempre uma escola de dirigentes, o Clube Unidos ao Porto Futebol Clube, desde 1958 fundado por miúdos como eu, na altura andávamos ao vidro e ao papel para comprar as bolas e o primeiro equipamento. Aquele bairro era um bairro que quando as pessoas se juntavam tinham que ganhar. Na altura só se podia ser dirigente aos 19. E quando aos 23 anos eu fui para a Guiné, entregaram o clube a um miúdo e o clube foi feito de êxitos, campeão distrital de amadores sete vezes. Impensável. Pensar que um individuo do *Tarrafal* iria ser Presidente da Junta de Campanhã. Só é possível pela grande escola de vida que foi o bairro S. João de Deus.

3. Quais foram na sua opinião, os acontecimentos mais marcantes que ocorreram no Bairro S. João de Deus? Por exemplo, porquê Tarrafal?

E.S: Até então aquele bairro era o bairro de Rebordões, até 1949. Em 1958, há eleições, as primeiras, em que concorre Humberto Delgado e nessas eleições aquando da passagem de vários autocarros, ali na Circunvalação existia a passagem de nível, houve um bloqueio aos autocarros e apedrejamento aos autocarros em que o candidato do Regime foi até às urnas [...] logo de imediato as brigadas da GNR e da PSP foram para lá, e na altura teria morrido lá um GNR, e a partir daí aquele bairro foi dado como o Tarrafal, mas o Tarrafal era uma alcunha que deram aquele bairro, porque depois, sempre que havia qualquer eleição fosse para o que fosse, iam lá e portanto havia lá pessoas que ganhavam muito pó e de vez em quando precisavam de ser guardadas e na altura das eleições ia lá a PIDE e levava-as. Os autocarros iam apoiar o Américo Tomás. Eu tinha 11 anos, mas lembro-me bem. No domingo, a polícia já lá tinha ido, mas na segunda feira foi lá e invadiu completamente o bairro, ficou completamente cercado. E foi nesse mesmo dia que mataram lá o GNR e é a partir daí que dão a alcunha de “Tarrafal” [porque o pai do Alfredo Monteiro, por exemplo (PC), estava várias vezes para a “informa” (prisão junto ao cemitério)]. E depois como o bairro começou a ficar conhecido por *Tarrafal* e não era um nome bonito, veio depois um movimento por volta de anos 60 que chamou o bairro de S. João de Deus.

Hoje têm alguma razão de julgar o bairro, porque quando foi demolido e isto é uma das fases mais negativas do bairro, quando foi demolido, sem fazer estudos prévios, começaram a colocar as pessoas noutros bairros. Algumas

peças que tinha o seu negócio escuro no Tarrafal foram fazê-lo nos outros bairros. O negócio da droga era de certa forma limitado àquela zona, alastrou-se aos outros bairros. “Tarrafal” era por ser uma oposição ao regime e depois a Câmara para castigar ainda mais aquele bairro, tudo o que havia de mal nos outros bairros, passava para ali ao ponto de se formar um bloco que era conhecido como o *Bloco dos Condenados*. Era um bloco onde iam parar todas as pessoas que vinham dos outros bairros para ali, segundo a Câmara por mau comportamento.

4. Relativamente ao movimento de moradores do Porto em 1974 quais lhes parecem ter sido os acontecimentos mais marcantes do movimento? E qual foi o seu papel na luta?

E.S: O meu papel não deixa de ser um papel com alguma relevância, mas era o conjunto de papéis que fazia o movimento. Em relação ao movimento, o mais marcante é que ainda hoje em dia moram pessoas nas casas que foram legalizadas e uma certa politização que adveio desse movimento e que ainda hoje é bastante útil. Ainda hoje ponho em prática alguns ensinamentos desse tempo e aprendi muito com os outros moradores. Uma coisa é sermos um cidadão anónimo que não sabe o que se passa à nossa volta, outra coisa é estarmos no movimento e percebermos os imensos problemas que estão à volta e é daí que vem algum sucesso que tenho tido como autarca. Acho que foi muito mais revelante para mim o movimento dos bairros camarários do que eu para o movimento. Acho que Portugal está a precisar de outro 25 de abril.

[Observação de Ricardo Lima sobre o facto de Ernesto ser um importante líder]

Acho que sobretudo as pessoas ouviam-me e seguiam-me, pronto, e de certa forma faziam parte daquilo que eu pretendia na altura para o movimento. Eu tenho sempre a percepção que sozinhos não somos nada, que sobressaímos mediante a equipa que temos e alguma capacidade de liderança que possamos ter porque ela também é necessária.

5. Qual foi o impacto que o movimento de moradores teve na política de habitação? Houve alterações? Quais?

E.S: Houve com certeza. Até na disciplina, ou no respeito que a Câmara não nos tinha, impôs à Câmara um certo respeito que até então não havia pelos moradores. E acho que as comissões de moradores conseguiram que a Câmara comesse a olhar os moradores dos bairros camarários mais como inquilinos do que como ocupantes. Até então eram apenas ocupantes e hoje são inquilinos de pleno direito. Acho que é a partir daí, que antes nós éramos apenas ocupantes de um edifício camarário. [Observação de Ricardo Lima sobre o fiscal] E aliás havia a figura do fiscal que durante o movimento dos moradores após o 25 de abril é o movimento que acaba com essa figura do fiscal, porque era apenas e só uma figura fiscalizadora e castradora dos direitos dos moradores. Dou-lhe um exemplo: uma mãe recebia uma filha porque se divorciou do marido e metia-a em casa, era motivo suficiente para o despejo dessa família, o fiscal indicava à Câmara e a Câmara vinha no dia seguinte ao bairro e despejava a família. As comissões levaram a que isso acabasse...

6. Qual é a sua opinião sobre o estado atual do bairro?

E.S: A minha opinião sobre o estado atual do bairro é como lhe digo. Eu nos últimos meses não tenho lá ido, mas se calhar vou lá passar um dia desta semana. Já não vou lá desde fevereiro, não tenho tido saúde nem tempo...

Anexo 2: Notícias do jornal *O Comércio do Porto*

Sobre os bairros camarários do Porto, em 1974:

“Na Rua da Lada (Ribeira) o povo reunido reivindicou (outras) habitações”	<i>O Comércio do Porto</i>	N.º 129	12/05/1974	p. 3	S/A
“Realiza-se amanhã uma reunião dos moradores dos bairros camarários”	<i>O Comércio do Porto</i>	N.º 134	19/05/1974	p. 12	S/A
“Bairros Camarários: Vão ser introduzidas alterações na legislação em vigor”	<i>O Comércio do Porto</i>	N.º 145	28/05/1974	p. 2	S/A
“Bairro de S. João de Deus: À espera de ordem de despejo os inquilinos «de ocasião»”	<i>O Comércio do Porto</i>	N.º 146	29/05/1974	p. 2	S/A
“Reivindicações dos moradores do Bairro Rainha D. Leonor”	<i>O Comércio do Porto</i>	N.º 2	04/06/1974	p. 2	S/A
“Moradores de Bairros em Plenário: Aprovado rigoroso inquérito aos inquilinos proprietários”	<i>O Comércio do Porto</i>	N.º 43	23/07/1974	p. 2	S/A
“Bairros Camarários: Vai ser hoje eleita uma comissão central para zelar os interesses dos moradores”	<i>O Comércio do Porto</i>	N.º 48	29/07/1974	p. 2	S/A
“Bairros Camarários: Regulamento fascista ainda em vigor”	<i>O Comércio do Porto</i>	N.º 145	20/11/1974	p. 2 e 7	Jorge Campos (texto); António Fernandes (fotografia)
“Bairros Camarários: Um trabalho político importante que passa pela critica do sistema”	<i>O Comércio do Porto</i>	N.º 147	22/11/1974	p. 2	Jorge Campos (texto); António Fernandes (fotografia)

“Inquérito aos moradores dos Bairros Camarários”	<i>O</i>	N.º 77	27/12/1974	p. 2	S/A
	<i>Comércio</i> <i>do Porto</i>				

Anexo 3: Poema da Canção *A luta dos bairros camarários* (José Mário Branco)

“Quando se construíram as fábricas no Porto, há mais de cem anos, vieram para a cidade muitos trabalhadores. Eram eles que produziam tudo. Era à custa do seu trabalho que os patrões conseguiam dinheiro para construir mais fábricas. E a cidade aumentou. Para onde foram morar os operários? Nos seus quintais, que até ali serviam apenas para galinhas e flores. Os senhores das fábricas construíram as ilhas: Quanto mais casas, mais ganhavam, quanto mais pequenas, melhor. Foi um bom negócio. Em 1936, metade da população do Porto vive em ilhas, os operários vivem nas traseiras dos senhores, sem água, nem ar, nem sol, nem retretes. As ilhas são um centro de doença e de miséria. A doença pega-se e os senhores têm medo. A miséria não é bonita e aos senhores não agrada o espetáculo. A câmara é obrigada a fazer qualquer coisa. Em 1958, foi aprovado o plano de melhoramentos. As ilhas serão demolidas, começam a fazer-se bairros para onde serão transferidos os seus moradores. Os senhores ficam contentes, porque as ilhas já rendem pouco e os terrenos ficam outra vez livres, mas agora, não são galinhas nem flores, são prédios novos que ali se constroem e que rendem mais, as rendas são caras e só os ricos ali podem ficar. E os moradores das ilhas vão para os bairros. Apesar das novas casas terem sol, terem quarto de banho, são muitos os casos de resistência, frequentemente a polícia intervém. O morador não tem direito a indemnização, nem podem escolher o bairro que mais lhes agradam. Separam-se dos amigos, da família. A comunidade da ilha é destruída. As pessoas desconfiam e têm razão. Nos bairros terão que cumprir um regulamento. Haverá um fiscal que entra nas casas, que conta as pessoas que lá moram, que toma nota dos embelezamentos que elas fizeram à sua custa, que procuram os gatos sem licença, as galinhas clandestinas. A infração ao regulamento acarreta multas, transferências de bairro, despejos. O despejo não tem recurso. As primeiras lutas são contra os despejos.

Em setembro de 73, no bairro da Pasteleira, pela primeira vez, protesta-se coletivamente contra um despejo. Em São João de Deus, em novembro 73, os moradores impedem um despejo. A camionete que transportaria a mobília para o canil, pois era para o canil que eram transportados os despejados e seus haveres, essa camionete, dessa vez, foi vazia. Em 30 de abril de 74, os moradores de São João de Deus tomam a palavra e elaboram o primeiro caderno reivindicativo. Iniciara-se o movimento dos bairros camarários que em pouco tempo alastra a maioria dos bairros.”

Canção

Os fascistas cá do Porto, fazem bairros camarários

Escondem nossa miséria nas costas dos seus palácios

E opressão aos moradores, nas costas do alvará

A opressão tem mil caras, tudo rouba e nada dá

A opressão tem mil caras

Tudo rouba e nada dá

Em Portugal libertado tudo isso acabará

Moradores, povo unido. Tudo junto mudará

Atiremos pra lixeira, a camionete e o fiscal

Ajudaremos assim a libertar Portugal

E gritemos todos juntos pra ajudar o movimento

Abaixo o Abel Monteiro mais o seu regulamento

A luta centra-se em dois objetivos principais:

Luta contra o regulamento fascista

Não haverá mais fiscais

Não haverá mais multas

Nem transferências, nem despejos

A Vida dos bairros camarários

Regular-se-á pela vontade dos seus moradores

Luta pelo saneamento da câmara

Abaixo o Abel Monteiro!

Abaixo o Santos Silva!

Fora com todos os que oprimem o povo, a luta continua!

Abaixo o Abel Monteiro mais o seu regulamento